

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na evocação dos
30 anos da DGPDN.**

Sessão online, 11 de fevereiro de 2021

Tenho muito gosto em associar-me a esta muito relevante celebração das três décadas de atividade da Direção Geral de Política de Defesa Nacional, e agradeço ao Dr Paulo Lourenço pelo convite, bem como felicito-o pela iniciativa de celebrar publicamente esta efeméride.

Assinalamos esta efeméride em tempos extraordinários no nosso País bem como no resto do Mundo, em que enfrentamos, com a pandemia de Covid-19, uma ameaça à saúde pública numa escala nunca vista desde 1918 e a pandemia de gripe pneumónica.

Creio haver, na sociedade portuguesa, um amplo reconhecimento do esforço feito por todas e todos na Defesa

Nacional na resposta à pandemia. A mensagem fundamental, em que nunca é demais insistir, é que a Defesa Nacional é um seguro contra todos os riscos que possam ameaçar Portugal e que é preciso tirar todas as lições desta crise para melhor preparar a nossa resposta e dos nossos aliados e parceiros a emergências futuras.

Claro que tal só tem sido possível pelo esforço adicional de todas e todos ao longo deste último ano na Defesa Nacional – mantendo as nossas missões vitais, e, a par disso, contribuindo também de forma decisiva para a resposta nacional à Covid-19, muitas vezes de maneira inovadora.

Mais, desde janeiro, como todos sabemos, Portugal assumiu o desafio da Presidência do Conselho da União Europeia,

aumentando a exigência que sobre todos recai neste primeiro semestre do ano.

Em todos estes desafios, a DGPDN tem tido um papel central. Na resposta à Covid-19, houve, nomeadamente, um trabalho de coligir dados sobre o papel das Forças Armadas nos países da UE e da NATO na resposta à pandemia, em colaboração próxima e sempre desejável com o EMGFA, promovendo a sua partilha com os nossos parceiros e aliados.

A DGPDN teve também um papel importante defendendo a iniciativa, ao nível da UE, da criação de uma Task Force que tem permitido a troca de lições aprendidas e de melhores práticas, bem como a coordenação no combate à Covid-19 pelos diferentes Ministérios da Defesa.

Cabe à DGPDN, como sabem, nos termos da lei em vigor, apoiar o Ministro da Defesa Nacional na *“formulação, coordenação e execução da política de defesa nacional, do planeamento estratégico e das relações externas de defesa, competindo-lhe ainda promover e coordenar a política de cooperação no domínio da defesa”*.

Com a revisão constitucional de 1981-82 deu-se um passo fundamental na normal subordinação, em países democráticos, das Forças Armadas aos governos livremente eleitos pelo sufrágio dos cidadãos e de reforço das competências do Ministro da Defesa, de acordo com o modelo corrente no resto da Europa Ocidental. A Lei de Defesa Nacional de 1982, que resultou dessa revisão constitucional, teve a sua conclusão lógica na reforma da orgânica do Ministério da Defesa Nacional de 1988, que levou à criação da

DGPDN, como instrumento indispensável de auxílio de uma eficaz tutela do Ministro da Defesa sobre a política de Defesa.

Este facto recorda-nos um outro dado fundamental. A Defesa Nacional tem por missão a prossecução de objetivos vitais e permanentes do Estado: a defesa dos portugueses e das suas instituições, valores e interesses. Porém, num contexto nacional e global em constante evolução, e nas últimas décadas cada vez mais acelerada, para que a Defesa Nacional seja eficaz na prossecução destes fins permanentes, ela tem de ser capaz de evoluir e de se adaptar.

Para enfrentarmos com sucesso estes novos desafios temos de ser capazes de o fazer numa perspetiva que é tanto política quanto militar. Esta é, em certo sentido, a chave de todo o trabalho da Defesa Nacional. Mas é ainda mais relevante

quando queremos e devemos lidar com conflitos violentos cada vez mais híbridos e com dimensões irregulares que requerem uma abordagem integrada e tão sofisticada como o desafio é complexo.

Um dos temas centrais do meu mandato como Ministro tem sido o reforço de uma cultura de segurança e defesa verdadeiramente nacional. E para isso é fundamental continuarmos a trabalhar para promover interesse e conhecimento maiores pelos temas da Defesa Nacional no conjunto da sociedade portuguesa. Desse ponto de vista, quero valorizar a iniciativa recente da DGPDN para se abrir mais à sociedade, nomeadamente através da sua comunicação nas redes sociais, dando conta ao público interessado das suas principais iniciativas. Ou ainda de iniciar os Encontros da Barra, uma iniciativa para já muito

condicionada pela pandemia, mas que estou certo dará valiosos frutos no futuro próximo.

Para concluir esta intervenção, quero fazer referência aos quatro principais pilares da missão da DGPDN.

Relativamente à tarefa de Planeamento Estratégico, parece-me evidente que ele tem vindo a ganhar importância acrescida no contexto geoestratégico atual. Estamos num mundo em evolução muito acelerada em múltiplas dimensões, da digitalização crescente às novas tecnologias disruptivas, dos impactos das alterações climáticas à crescente rivalidade entre grandes potências. Isso torna mais importante do que nunca desenvolver análise prospetiva, aliando conhecimento político, estratégico e técnico. Esta é cada vez mais uma ajuda indispensável à tomada de decisão

na política de defesa nacional, permitindo antecipar ameaças, desafios e oportunidades.

No que diz respeito à Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), inicialmente designada cooperação técnico-militar, ela representou um enorme contributo para a normalização das relações de Portugal com as antigas colónias, facilitando a rápida transformação destes novos Estados independentes em países irmãos e parceiros nesta área vital da segurança e defesa.

Temos agora de enfrentar o desafio de gerir este sucesso. Temos de procurar fazer mais no campo da Cooperação no Domínio da Defesa com meios que sabemos serem sempre relativamente limitados. Certamente, as possibilidades de cooperação delegada e trilateral são uma parte da resposta,

assim como o será também o alargamento da CDD a outros países não-lusófonos. Certamente teremos de continuar a avançar na lógica de alargamento de domínios de cooperação implícita na passagem do modelo de cooperação técnica-militar a CDD. E teremos de tirar ainda melhor partido dos Assessores empenhados na CDD para fazer avançar a ação externa no campo da defesa. Tudo isto aumentará a exigência da missão da DGPDN no campo da CDD.

Quanto às Relações Internacionais da Defesa, o terceiro pilar da missão da DGPDN, o desafio é porventura ainda maior. Esta é uma área que tem tido um crescimento muito significativo, fruto do reforço da ação externa do Estado português, mas que nos coloca novos desafios. É preciso continuar a apostar na gestão de múltiplas relações bilaterais e de as alimentar com novas iniciativas. É fundamental reforçar o contributo

para a diplomacia económica da defesa, em coordenação com as indústrias de Defesa.

Por fim, mas não menos importante, é o grande crescimento da dimensão de Defesa na União Europeia. Só trabalhando de forma solidária a 27, só reforçando a cooperação entre a UE e a NATO, nós europeus poderemos ambicionar ter uma palavra forte a dizer na evolução da ordem global do século XXI. E para isso será preciso construirmos uma Política Comum de Segurança e Defesa mais forte. Estou ciente de que isto implica um grande esforço de consulta e coordenação permanente com os outros 26 Estados Membros e o Serviço Europeu de Ação Externa, com forte envolvimento da DGPDN.

Creio que as minhas palavras mostram que estou bem ciente do muito que é pedido à DGPDN, na prossecução da eficácia

das políticas de Defesa a nível nacional e internacional. Por isso, quero terminar deixando o meu agradecimento aos sucessivos Diretores-Gerais, subdiretores, diretores e diretoras de serviço e a todos os assessores e colaboradores. Ao atual diretor, o Dr. Paulo Lourenço, e à sua equipa, deixo um agradecimento especial pela organização destas celebrações que dão visibilidade pública ao trabalho da Defesa Nacional e desta Direção-Geral, nomeadamente pela publicação de um relevante conjunto de testemunhos que tive o gosto de prefaciar. A todas e a todos os que afincadamente trabalharam nestas três décadas de existência da DGPDN, o meu muito obrigado em nome do Governo e do Estado português.